

REQUERIMENTO

Produção local agro-alimentar

A riqueza de um país também se mede pela sua capacidade de produzir bens alimentares sem recorrer à importação.

A capacidade de produzir alimentos diminuindo a sua importação deve constituir uma política estratégica da Região.

Tem-se verificado sucessivos aumentos no preço de alguns produtos alimentares.

Tal facto resulta de apenas existir uma única solução para vários problemas. A alimentação humana, alimentação animal, energia e natureza estão a competir entre si pelas mesmas fontes primárias.

Do mesmo modo as alterações climáticas em curso e o crescimento populacional previsto impõem fragilidades no aprovisionamento mundial dos alimentos.

Segundo as estimativas da ONU em 2050 seremos mais 9 bilhões de pessoas no mundo. Isto é, temos de produzir mais alimentos mas com menos área agrícola disponível e mais restrições ambientais.

Isto significa uma intensificação da produção agrícola, com maior pressão sobre os solos.

A título de exemplo Portugal entre 1995 e 2003 perdeu 5,1% da sua Superfície Agrícola Útil (SAU) enquanto o decréscimo na União Europeia foi de apenas 1,9%.

A Região tem de incrementar a produção de determinados bens alimentares.

Percebendo-se o deficit dos Açores nalguns produtos agro-alimentares, é preciso estabelecerem-se políticas que nos tornem menos dependentes de produtos alimentares vindos do exterior.

A importação em detrimento de produções locais acarreta perigos, por um lado, torna-nos muito vulneráveis pelo grau de dependência com o exterior, para mais em Ilhas sujeitas às forças da natureza e, por outro, atendendo à distância e aos diferentes critérios legislativos de segurança alimentar existentes entre continentes, ficamos impossibilitados de controlar como queremos o modo de produção destes bens.

Para mais, o aumento da produção Regional de alimentos de forma sustentada, ou seja, durável e viável é um factor de competitividade, com todos os benefícios económicos, sociais e ambientais. Em especial, emprego e fixação de pessoas.

Neste sentido, compreenda-se que a nossa riqueza passa por produzir alimentos para consumo interno e para exportação de forma segura, diversificada e durável.

O PSD tem levado estas preocupações da produção local agro-alimentar à Assembleia Legislativa da Região, para obter os devidos esclarecimentos e saber das intenções do Governo Regional, todavia, percebe-se que não existe uma politica para esta área.

Inclusive, o PSD já apresentou um Projecto de Resolução no Parlamento Regional sobre esta questão tendo sido rejeitado pela maioria parlamentar do PS tendo os restantes partidos votado a favor.

O PSD volta a insistir no assunto na tentativa de forçar o Governo a estabelecer uma estratégia para a produção local agro-alimentar.

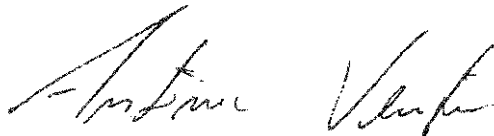
Interessa, pois, desde logo saber das quantidades entradas de alimentos agro-alimentares na Região e por Ilha.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos ao Governo Regional:

1. O Governo Regional tem conhecimento da quantidade entrada de produtos hortícolas, frutícolas, carne de pecuária, leite e lacticínios para os Açores nos últimos cinco anos? Se sim, solicita-se discriminação anual e por Ilha.
2. Qual a origem destes produtos alimentares?
3. Qual a previsão do Governo Regional na evolução destas entradas?
4. Que acções estão previstas para aumentar o consumo local das produções locais, como leite, lácteos, carne de pecuária, hortícolas e frutícolas?
5. Pretende o Governo Regional estabelecer um diálogo social nesta área da alimentação agro-alimentar?

Angra do Heroísmo, 1 de Abril de 2011

O Deputado



António Ventura

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada	1296 Proc. Nº 54.03.00
Data:	01/04/05 Nº 451, IX